

A solicitação de reavaliação deverá constar da ata e assinatura do representante legal da entidade ou organizaçāo que poderá ser fiscalizada ou fiscalizada se a mesma se achar. Serão desconsideradas diferenças menores que o 1,00% (um centímetro).

No caso de mudanças de residência, os preços futuros receberão finalidade, não obstante, neste caso, medida de reconsideração.

Da mesma forma, medidas de reavaliação em desacordo com este comunicado serão desconsideradas.

FECHAMENTO - 25/12/91

SOLICITAÇĀO DE REAVALIAÇÃO  
SOLICITAÇĀO DE LICENÇA  
SOLICITAÇĀO DE CONCEDER

Solicitação e correspondência do setor de assuntos fiscais, neste Departamento, visto a Rua Brigadeiro Tobias, 61, 259 - 2º andar, sala 214 na data e horário estabelecido para tratar de assunto referente a quaisquer questões fiscais.

DIA 25/12/91 às 10:00 horas  
MÁRIO SÉRGIO BARRETO SILVA - reg. func. 561.594  
Licitado em 05-514 - SMS

Publicar dias 27,28 e 31/12/91

## FINANÇAS

### DEPARTAMENTO DE RENDAS IMOBILIÁRIAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### EDITAL NR 105/91

O Diretor da Divisão de Apoio Fiscal, RI-7, do Departamento de Rendas Imobiliárias, da Secretaria das Finanças, da Prefeitura do Município de São Paulo, para conhecimento dos interessados, faz saber, em conformidade ao disposto no artigo 49, da Lei 10212, de 11 de dezembro de 1988, alterado pelo artigo 99, da Lei 10559, de 17 de junho de 1988, que está sendo realizada a pavimentação das vias e logradouros públicos a seguir relacionados.

Faz saber, ainda, que, com base nas disposições contidas nas Leis 10212/86, 10559/88, 10687/89 e 10820/89 e nos Decretos 23214/86 e 27372/89, dos proprietários dos imóveis linderos às vias e logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, não aderentes ao Plano de Pavimentação Urbana Comunitária-PPUC, será cobrada, após sua conclusão e com base no seu custo final, uma "Contribuição de Melhoria", calculada e lançada na forma regrada por essa legislação tributária.

Os interessados poderão impugnar quaisquer dos elementos constantes dos itens I a VI, abaixo discriminados, através de requerimento dirigido ao Departamento de Rendas Imobiliárias, protocolado à Rua Brigadeiro Tobias, 691, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da última publicação deste Edital.

Das decisões proferidas em 1ª instância administrativa pelo Departamento de Rendas Imobiliárias caberá recurso à Secretaria das Finanças, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua publicação. As decisões proferidas pela Secretaria das Finanças encerrão a instância administrativa.

O Departamento de Rendas Imobiliárias e a Secretaria das Finanças não concederão das impugnações e recursos interpostos fora dos prazos supra fixados.

As impugnações aqui referidas não obstarão o início ou o prosseguimento das obras de pavimentação objeto deste Edital, ou a prática dos atos necessários ao lançamento e arrecadação da Contribuição de Melhoria, e sua decisão somente terá efeito para o requerente.

I - Extensão das obras de pavimentação: 875,0 m, correspondendo aos(s) seguinte(s) logradouro(s):

1-RUA Francisco de Magalhães extensão: 337,0 m entre rua Doutor Paulo Queiroz e avenida Aricanduva

2-RUA Matheus Furtado extensão: 55,0 m entre ruas Sibaldo Lins e André de Almeida

3-RUA Frutuoso Nunes extensão: 183,0 m entre ruas Sibaldo Lins e Brás Esteves

II - Para efeito da incidência da Contribuição, constarão ser consideradas as obras de pavimentação

constantes da Tabela anexa à Lei 10559/88;

III - Observado o disposto no Decreto-Lei Federal 2298/86, de 21 de novembro de 1986, e no Decreto Municipal 11085, de 3 de maio de 1974, com as alterações posteriores introduzidas em sua redação, o custo das obras de pavimentação está orçado em Cr\$ 2.169.549,75 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove cruzados e setenta e cinco centavos);

IV - Para efeito do cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final será determinado com base nos elementos constantes dos itens anteriores e na forma estabelecida pela Lei 10.212, de 11/12/86, alterada pelas Leis 10.559, de 17/6/88, 10.883, de 26/12/89 e 10.820, de 28/12/89.

V - Os imóveis linderos aos logradouros (exceto trechos de logradouros) indicados no item I, identificados por seu número de registro do Cadastro Imobiliário Fiscal do Município (SGI), aderentes e não aderentes ao Plano de Pavimentação Urbana Comunitária-PPUC, e a correspondente medida linear das testadas voltadas para as vias objeto de pavimentação, são listados na relação anexa que faz parte integrante do presente edital:

CONTRIBUINTE	TESTADA	CONTRIBUINTE	TESTADA
150.037.0010-3	7,8	150.039.0011-1	10,0
150.037.0012-1	10,0	150.039.0013-B	10,0
150.037.0014-6	10,0	150.039.0015-4	10,0
150.039.0016-2	2,0	150.041.0007-7	8,0
150.041.0012-7	10,0	150.041.0013-5	10,0
150.041.0015-1	10,0	150.041.0016-1	8,0
150.041.0017-8	5,0	150.041.0018-5	5,0
150.041.0021-6	5,0	150.041.0022-4	5,0
150.041.0023-2	5,0	150.041.0024-0	5,0
150.042.0010-5	11,0	150.042.0011-3	10,0
150.042.0012-1	10,0	150.042.0014-8	10,0
150.042.0016-4	10,0	150.042.0017-2	10,0
150.042.0018-0	10,0	150.042.0019-9	5,0
150.042.0020-2	5,0	150.042.0021-7	5,0
150.042.0024-5	5,0	150.045.0018-9	4,4
150.045.0011-7	10,0	150.045.0019-5	10,0
150.045.0013-3	10,0	150.045.0014-1	10,0
150.045.0016-8	8,0	150.045.0017-6	5,0
150.045.0016-4	5,0	150.046.0001-8	5,0
150.045.0024-9	10,0	150.046.0005-7	10,0
150.046.0006-5	10,0	150.046.0007-3	10,0
150.046.0008-1	10,0	150.046.0009-1	10,0
150.046.0010-3	10,0	150.046.0011-1	10,0
150.046.0012-1	10,0	150.046.0013-0	10,0
150.046.0014-6	10,0	150.046.0015-4	10,0
150.046.0016-2	10,0	150.046.0017-8	9,0
150.047.0002-7	32,6	150.047.0008-6	10,0
150.047.0009-4	10,0	150.047.0010-0	10,0
150.047.0012-4	10,0	150.047.0013-2	10,0
150.047.0015-9	10,0	150.047.0017-5	9,0
150.047.0020-0	5,0	150.047.0029-9	5,0
150.047.0032-2	5,0	150.047.0031-0	5,0
150.047.0032-9	5,0	150.047.0033-7	5,0
150.047.0034-5	5,0	150.047.0035-3	5,0
150.047.0036-1	5,0	150.047.0037-1	5,0
152.037.0020-9	27,0	152.047.0047-3	26,0
152.081.0013-1	17,5	152.081.0014-0	13,0
152.081.0015-6	13,0	152.081.0016-4	13,0
152.081.0017-2	17,5	152.081.0018-0	9,0
152.081.0019-9	8,0	152.081.0020-2	9,0
152.081.0021-0	10,0	152.082.0001-2	10,0
152.082.0004-5	10,0	152.082.0006-1	10,0
152.082.0008-0	10,0	152.082.0010-1	10,0
152.082.0009-3	5,0	152.082.0023-1	5,0
150.002.0024-1	5,0	152.082.0025-8	5,0
150.002.0032-8	5,0	152.082.0033-6	5,0
150.003.0004-1	17,0	152.083.0005-8	10,0
150.003.0025-6	10,0	152.083.0027-4	10,0
150.003.0033-2	10,0	152.083.0029-2	5,0
150.003.0034-4	10,0	152.083.0031-1	5,0
150.004.0015-1	27,0	152.084.0037-0	27,0

### DEPARTAMENTO DE RENDAS IMOBILIÁRIAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### EDITAL NR 106/91

O Diretor da Divisão de Apoio Fiscal, RI-7, do Departamento de Rendas Imobiliárias, da Secretaria das Finanças, da Prefeitura do Município de São Paulo, para conhecimento dos interessados, faz saber, em conformidade ao disposto no artigo 49, da Lei 10212, de 11 de dezembro de 1988, alterado pelo artigo 99, da Lei 10559, de 17 de junho de 1988, que está sendo realizada a pavimentação das vias e logradouros públicos a seguir relacionados.

Faz saber, ainda, que, com base nas disposições contidas nas Leis 10212/86, 10559/88, 10687/89 e 10820/89 e nos Decretos 23214/86 e 27372/89, dos proprietários dos imóveis linderos às vias e logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, não aderentes ao Plano de Pavimentação Urbana Comunitária-PPUC, será cobrada, após sua conclusão e com base no seu custo final, uma "Contribuição de Melhoria", calculada e lançada na forma regrada por essa legislação tributária.

Os interessados poderão impugnar quaisquer dos elementos constantes dos itens I a VI, abaixo discriminados,

através de requerimento dirigido ao Departamento de Rendas Imobiliárias, protocolado à Rua Brigadeiro Tobias, 691, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da última publicação deste Edital.

Das decisões proferidas em 1ª instância administrativa pelo Departamento de Rendas Imobiliárias caberá recurso à Secretaria das Finanças, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua publicação. As decisões proferidas pela Secretaria das Finanças encerrão a instância administrativa.

O Departamento de Rendas Imobiliárias e a Secretaria das Finanças não concederão das impugnações e recursos interpostos fora dos prazos supra fixados.

As impugnações aqui referidas não obstarão o início ou o prosseguimento das obras de pavimentação objeto deste Edital, ou a prática dos atos necessários ao lançamento e arrecadação da Contribuição de Melhoria, e sua decisão somente terá efeito para o requerente.

I - Extensão das obras de pavimentação: 1.859,0 m, correspondendo aos(s) seguinte(s) logradouro(s):

1-EST. do Morro Doca extensão: 280,0 m entre rua Virginia Castiglioni e estrada do Jaraguá

2-EST. do Morro Doca extensão: 770,0 m entre estrada da Jaraguá e Praça da Igreja

II - Para efeito da incidência da Contribuição, constarão ser consideradas as obras de pavimentação constantes da Tabela anexa à Lei 10559/88;

III - Observado o disposto no Decreto-Lei Federal 2298/86, de 21 de novembro de 1986, e no Decreto Municipal 11085, de 3 de maio de 1974, com as alterações posteriores introduzidas em sua redação, o custo das obras de pavimentação está orçado em Cr\$ 2.169.549,75 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove cruzados e noventa centavos);

IV - Para efeito do cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final será determinado com base nos elementos constantes dos itens anteriores e na forma estabelecida pela Lei 10.212, de 11/12/86, alterada pelas Leis 10.559, de 17/6/88, 10.883, de 26/12/89 e 10.820, de 28/12/89.

V - Os imóveis linderos aos logradouros (exceto trechos de logradouros) indicados no item I, identificados por seu número de registro do Cadastro Imobiliário Fiscal do Município (SGI), aderentes e não aderentes ao Plano de Pavimentação Urbana Comunitária-PPUC, e a correspondente medida linear das testadas voltadas para as vias objeto de pavimentação, são listados na relação anexa que faz parte integrante do presente edital:

CONTRIBUINTE	TESTADA	CONTRIBUINTE	TESTADA
200.001.00			